

Os enlutados da pandemia de covid-19 e a gestão do governo Bolsonaro



RESUMO

O artigo evidencia os efeitos da gestão do governo federal da pandemia sobre o processo de enlutamento, a partir dos sentidos construídos em torno da vacinação. O recorte deriva de uma pesquisa qualitativa sobre a experiência com a morte e o luto de filhos adultos que perderam seus pais. Foram realizadas quatro entrevistas individuais semiestruturadas online (três mulheres e um homem), inspiradas na fenomenologia heideggeriana. Os resultados apontam o entrelaçamento entre o privado, o coletivo e o político na experiência do luto por covid-19, uma vez que a condução governamental impactou o contexto das perdas: o descaso com ofertas de vacinas, a demora na imunização, o desprezo pelos doentes e o desrespeito à memória dos mortos. Conclui-se pela urgência de validar o luto, fortalecer políticas públicas e reconhecer os crimes do Estado Brasileiro sob a liderança de Jair Messias Bolsonaro.

Palavras-chave: Luto; Perda não legitimada; Pandemia da covid-19; Governo Federal; Morte.

* Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação de Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA - Belém). CV: <http://lattes.cnpq.br/8777137622829700>

** Doutor em Filosofia (Conhecimento e Linguagem) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Cametá e do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Linguagem) deste mesmo campus e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (Linha de Pesquisa: Fenomenologia - teoria e clínica) da UFPA, Belém. CV: <http://lattes.cnpq.br/7464213317216078>

The mourners of the covid-19 pandemic and the Bolsonaro administration

ABSTRACT

The article highlights the effects of the federal government's management of the pandemic on the mourning process, based on the meanings constructed around vaccination. The study derives from qualitative research on the experience of death and grief among adult children who lost their parents. Four online semi-structured individual interviews were conducted — three with women and one with a man — inspired by Heideggerian phenomenology. The results reveal the interweaving of the private, the collective, and the political in the experience of mourning for covid-19, as governmental conduct directly impacted the context of loss: neglect of vaccine offers, delays in immunization, disregard for the sick, and disrespect for the memory of the dead. It concludes by stressing the urgency of validating mourning, strengthening public policies, and recognizing the crimes committed by the Brazilian State under the leadership of Jair Messias Bolsonaro.

Keywords: Grief; Disenfranchised loss; Covid-19 pandemic; Federal Government; Death.

Los dolientes de la pandemia de covid-19 y la gestión del gobierno Bolsonaro

RESUMEN

El artículo muestra los efectos de la gestión de la pandemia por el gobierno federal de Brasil sobre el proceso de duelo, a partir de los significados construidos en torno a la vacunación. El recorte deriva de una investigación cualitativa sobre la experiencia con la muerte y el duelo de hijos adultos que perdieron a sus padres. Se realizaron cuatro entrevistas individuales semiestructuradas en línea (tres mujeres y un hombre), inspiradas en la fenomenología heideggeriana. Los resultados señalan el entrelazamiento entre lo privado, lo colectivo y lo político en la experiencia del duelo por covid-19, dado que la conducción gubernamental impactó el contexto de las pérdidas: el desinterés ante las ofertas de vacunas, el retraso en la inmunización, el desprecio hacia los enfermos y la falta de respeto por la memoria de los muertos. Se concluye sobre la urgencia de validar el duelo, fortalecer las políticas públicas y reconocer los crímenes del Estado brasileño bajo el liderazgo de Jair Messias Bolsonaro.

Palabras clave: Duelo; Pérdida no legitimada; Pandemia de covid-19; Gobierno Federal; Muerte.



Este artigo evidencia os efeitos da gestão do governo federal da pandemia sobre o processo de enlutamento, a partir dos sentidos construídos em torno da vacinação. Os achados aqui expostos constituem um recorte de uma tese de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), defendida em 2023, na Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual se investigou a experiência com a morte e o luto por covid-19 durante a pandemia no Brasil (Valente, 2023). Foram realizadas quatro entrevistas individuais semiestruturadas online, entre julho e setembro de 2022. Todas foram autorizadas pelas participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA¹.

Os participantes foram contatados por diferentes meios. Dois deles chegaram até o pesquisador responsável, Marcio Bruno Barra Valente, a partir de postagens que ele fez em sua rede social divulgando o desenvolvimento da pesquisa sobre luto e pandemia e manifestaram o interesse de compartilharem as histórias de suas perdas. Outra participante é uma amiga da esposa do mesmo pesquisador, que ficou sabendo da pesquisa e demonstrou interesse em participar da pesquisa, sendo, então, indicada. A última participante era uma estudante do programa de doutoramento em Psicologia na UFPA, que igualmente soube do andamento da investigação e procurou o pesquisador oferecendo-se para participar.

Nenhuma outra pessoa enlutada foi incluída na pesquisa. Essa decisão decorreu do fato de que, a partir da transcrição das entrevistas e da organização dos eixos temáticos, evidenciou-se que as quatro narrativas apresentavam aspectos comuns. Assim, compreendeu-se que a investigação havia alcançado um ponto de saturação em relação ao fenômeno estudado e à forma de acessá-lo. Talvez, esse ponto não tivesse sido atingido se outros participantes, com perfis distintos dos que seguem no próximo parágrafo, tivessem sido entrevistados. Ademais, não havia mais prazo no cronograma da pesquisa nem justificativas teóricas para novas coletas, uma vez que a proposta consistia em construir uma análise compreensiva, de natureza qualitativa e não quantitativa.

Dessa forma, o perfil das participantes ficou assim delineado: (a) pessoas adultas que perderam pai ou mãe em decorrência da covid-19; (b) três mulheres cisgênero e um homem cisgênero; (c) moradores no Brasil, na cidade de Belém do Pará, durante a pandemia; (d) duas participantes tiveram suas perdas em 2020, quando não havia vacinas, e outras duas em 2021, quando já havia iniciado a vacinação no país; (e) duas participantes perderam o pai e outras duas perderam a mãe; (f) apenas uma participante teve a mãe vacinada com uma dose da vacina; (g) a faixa etária variou entre 26 e 45 anos; (h) três participantes se autodeclararam pardas/negras e outra, branca; (i) todas possuíam ensino superior completo; (j) nenhuma era eleitora do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro; (m) todas se percebiam como pertencentes à classe média; (n) e nenhuma dependia financeiramente do ente falecido. No corpo do texto, cada participante é referido a partir de nomes fictícios que escolheram para a pesquisa: Daniel; Cláudia; Fabiana e Adriana (Valente, 2023).

¹ Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE nº 56138122.7.0000.0018) e Parecer Consubstanciado nº 5.452.525, concedendo aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A pesquisa possuiu caráter empírico-qualitativo, inspirada na fenomenologia heideggeriana. Essa perspectiva, conforme Heidegger (2017), exige que o investigador se deixe alcançar, comover e transformar pelo fenômeno investigado. Numa expressão do próprio filósofo, estamos diante do desafio de “abrir os olhos e tomar os fenômenos, contra todas as teorias solidamente enraizadas e apesar delas, tal como eles se dão, isto é, de orientar (retificar) a teoria pelos fenômenos e não o inverso, violentar os fenômenos por meio de uma teoria previamente concebida” (Heidegger, 1975, p. 96). Deste modo, enfatizamos os esforços das pessoas participantes no desvelamento de sentidos possíveis para suas experiências de perda e de luto. Não obstante, tais sentidos não podem ser compreendidos como simples descobertas individuais, pois emergiram no encontro com o pesquisador, no diálogo com a literatura científica consultada para a pesquisa e na forma de acessar o fenômeno investigado, sendo essa situada em um horizonte dado histórico e político. O que se alinha à perspectiva de abertura do pesquisador ao fenômeno para acolher o que esse revela, segundo a concepção de que uma investigação fenomenológica exige um envolver-se especial (Heidegger, 2017).

O que se revelou a cada entrevista? O enlutamento como um fenômeno que não pode ser quantificado sem que uma parte importante da sua aparição acabe ofuscada. Porém, isso não significa que esse não possa ser investigado rigorosamente, pois o rigor científico diz respeito menos à exatidão e à pretensão de abarcar a totalidade do fenômeno, e mais a correspondência entre o fenômeno e a forma de acessá-lo das participantes. As entrevistas se mostraram emocionalmente desgastantes tanto para as participantes quanto para o pesquisador, em virtude das lembranças em torno das perdas e de seus contextos.

Para algumas enlutadas, foi a primeira vez que falaram sobre suas perdas, sobre como se sentiam em relação à pandemia e sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas, embora estivessem há mais de um ano em luto. O pesquisador tornou-se participante de suas experiências, acompanhando cada participante em suas impressões e afetos, permanecendo junto como uma companhia serena, na medida do possível. Na prática, o processo implicou que o pesquisador sustentasse uma escuta atenta e silenciosa, de modo a favorecer narrativas mais livres, com o mínimo de intervenções e sem nenhuma imposição de limites de tempo para aquilo que se mostrava necessário ser expresso. Dado tais parâmetros, a entrevista mais curta durou uma hora e meia e a mais longa duas horas e meia. As entrevistas aconteceram da seguinte maneira: após um período de agradecimentos e considerações sobre o procedimento, foi feita uma pergunta disparadora: “Por favor, compartilhe comigo como tens vivido o luto desde a perda do teu pai (ou de tua mãe)?”. Tal pergunta se mostrou adequada aos perfis de escolaridade dos participantes. Também foram incluídas perguntas suportes que visaram instigar a narração, ora revelando detalhes, ora elucidando trechos confusos, por exemplo, “por favor, caso não seja um incômodo, podes me falar mais sobre isso?”.

Os achados da pesquisa, conforme a análise proposta, evidenciaram 16 sentidos sobre luto e pandemia, os quais foram organizados em três eixos temáticos: as experiências com a morte, com o luto e com a gestão do combate à pandemia feita pelo governo Bolsonaro. Alguns sentidos se mostraram em todas as narrativas e alguns em uma única; mas foram incluídos pelo respeito à vivência compartilhada e dada importância na compreensão de um

fenômeno novo.² No presente artigo evidenciam-se apenas as narrativas ligadas ao sentido: “e se a vacina tivesse chegado antes?”, contida no terceiro eixo. A partir das experiências com o luto das participantes, se fizeram visíveis os efeitos da gestão Federal durante a pandemia, os quais aparecem por meio de suas impressões e afetações, quase sempre intensas, marcadas radicalmente no contexto histórico e político Brasileiro.

Cabe ainda ressaltar que o pesquisador responsável também é duplamente enlutado da pandemia no Brasil. Em 1 de maio de 2020, esse perdeu sua mãe, com 64 anos de idade; quase um ano depois, em 11 de abril de 2021, também perdeu sua tia materna, com 61 anos. O que significa que a pesquisa que originou o presente artigo foi escrita também como uma tentativa de entrar em contato com as vulnerabilidades causadas por tais perdas significativas. Um esforço para sair de si e travar uma conversa com outras pessoas enlutadas, esperando tornar o luto também um caminho de luta pela verdade, justiça, memória e reparação.

O luto e a gestão da pandemia do governo Bolsonaro

Como as entrevistas foram realizadas pelo primeiro autor desse artigo, optamos por manter o discurso em primeira pessoa, de modo a preservar a fidelidade na descrição dos encontros.

Os “e se” de Daniel que perdeu a mãe

Em 11 de julho de 2022, ao iniciar a entrevista, pedi a Daniel que compartilhasse comigo como estava sendo assistir as pessoas sendo vacinadas contra a covid-19. Ele foi direto: “Assim, eu já tomei três doses da vacina”, mas não tardou a se posicionar a partir da vivência da morte de sua mãe: “Quando ela se foi, já tinha começado a vacinação em massa, embora na verdade não fosse, porque não tinha para todo mundo, e eles começaram com o pessoal com 80 anos de idade”. Ele interrompe sua fala, mantém-se olhando para baixo, até que levanta a cabeça. Neste gesto, percebo que seus olhos estão marejados, ao afirmar: “E eu lembro muito bem que quando ela descobriu a covid, a vacinação dela era no domingo. Ela descobriu na segunda, ou terça-feira, a vacinação dela era no domingo seguinte”. A imprecisão quanto à data não ofusca o significado do que compartilha comigo, nem como isso parece impactá-lo:

Naquele momento, eu me perguntei: Por que não antes? Por que não depois? Existem muitas coisas que me revoltam e dão raiva, e essa é uma delas. Mas hoje, depois que ela se foi, eu tento não pensar nessas coisas, porque eu tento não pensar em muitas coisas. [...] Fico pensando nos ‘e se’ em relação a ela ter recebido a vacina antes e ter sobrevivido, se ela tivesse internado antes, mas, no final, só me martirizo.

Daniel parece se esforçar para reprimir suas expressões de afetos quanto ao que compartilha. No entanto, prossegue, apesar dos titubeios: “Aparecem as revoltas e eu fico nutrindo-as, pensando no que poderia ter sido diferente se ela tivesse internado antes e se a

² Para um acesso mais completo aos resultados (Valente, 2023).

vacina tivesse chegado antes. Tudo seria diferente”. Então, Daniel se cala. Eu também assim permaneci. Mas, depois de alguns instantes, ele voltou a se manifestar:

Diferente... Talvez não, talvez sim, talvez não, mas, na verdade, não importa mais... Se a vacina tivesse chegado antes, se o presidente tivesse agilizado a compra como deveria... porra! Milhões de vida teriam sido salvas, cientificamente falando. Sabe, isso me dá uma raiva e uma revolta em relação a isso que aconteceu. Mas teria sido diferente para a minha mãe? Não sei, não posso saber e tenho que aceitar isso.

Finalmente, ele consegue desabafar suas revoltas, as quais não se referem somente à morte da sua mãe, como esperado em um processo de luto. No seu revoltar-se existem mais camadas, pois do luto denuncia o atraso na compra da vacina do governo federal que impactou diretamente a campanha de vacinação, dada a escassez do imunizante, que exigiu a adoção de um sistema de prioridades de pessoas com comorbidade, o qual não incluía sua mãe.

Seus afetos também se direcionam ao líder máximo do Poder Executivo, o ex-presidente Bolsonaro, acusado de não agilizar ou de não fazer o seu trabalho que poderia ter salvado milhões de vidas. Na sua revolta, em alguma medida, aparece a consciência de que, no processo do seu enlutamento, existe a marca das decisões do governo federal.

A revolta de Cláudia

A vacinação [ela repete depois de ser indagada a respeito de como foi assistir à vacinação das pessoas] [...] Não teve como não pensar nele quando começou. Ele tinha pressão alta, portanto, estaria no grupo prioritário, entre os primeiros pela comorbidade... Penso assim que, se ele tivesse tomado a vacina, ele teria como sobreviver.

Cláudia perdeu o pai quando não existiam as vacinas contra covid-19. Todavia, isso não parece fazê-la questionar a sua fantasia de que se ele tivesse recebido uma dose teria sobrevivido. Tanto que sofre pelo fato de a vacinação não ter começado antes. Então, a partir da sua fantasia, passa a refletir sobre a realidade da pandemia em um Brasil, governado pelo ex-presidente Bolsonaro: “Então, eu penso que o meu pai iria tomar a vacina, seria uma das pessoas vacinadas e que... revoltante, que raiva pensar nisso... a vacina ter chegado aqui no Brasil tão tardiamente”. Aqui, do luto, o protesto e a denúncia se confundem, na entrevista realizada em 11 de agosto de 2022.

Ela faz uma pausa longa até que desabafa: “Esse governo se esforçou para atrapalhar as nossas vidas, que raiva! A gente se pega tentando justificar a morte por conta de não ter tido a vacina: ‘ah, tinha que ser assim’ ou ‘infelizmente não se cuidou e acabou contraindo’”. Novamente, volta a ficar em silêncio parecendo buscar meios para organizar suas impressões e afetos. No entanto, põe-se a desabafar: “Não havia nada de vacina, nada, nada. Então, é encontrar... eu repito que o mais importante é encontrar uma justificativa para a morte dessas primeiras pessoas, porque ainda não se tinha vacina”.

Percebo que ela ficou inquieta pelo contato com tal faceta do luto por covid-19 no Brasil, de modo que sinalizo positivamente haver entendido como se sentia. Procuro demonstrar que o que a afetava era particularmente sensível para mim, posto ter perdido minha mãe também quando não existiam vacinas e, por vezes, apanhava-me revoltado pela demora na vacinação. Tive a impressão de que minha exposição proporcionou algo que a ajudou a se reorganizar e, mais do que isso, influenciou a exposição seguinte: “A vacinação da minha mãe, nossa... eu acho que eu queria gritar de tanta felicidade”. Não obstante, o peso do luto apareceu cobrando o seu preço: “Quando minha mãe tomou a primeira dose, meus irmãos e eu dissemos: ‘era para o papai tomar com a senhora’ e ‘mãe, a vacina que você está tomando é em homenagem a todas as pessoas que perderam a vida’”. Deste modo, Cláudia volta-se ao tom raivoso:

Uma homenagem, ao mesmo tempo, uma revolta, porque ficamos sabendo pelas notícias que já poderíamos ter sido vacinados bem antes. Hoje sabemos que ela demorou por conta do nosso presidente... embora a gente saiba que teve mais pessoas fazendo de tudo para não chegar. Essa situação toda é revoltante demais, dá raiva ver o que está sendo exposto na CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] da Pandemia as razões do atraso, enfim, isso me causa muita raiva, nos causam muitas revoltas... Essa revolta, raiva, não vão ser apagadas, elas não podem ser esquecidas, porque muitas pessoas, ex-alunos meus faleceram, pessoas que eu conhecia, faleceram antes da vacina chegar no Brasil, enquanto o governo ficava repetindo que “já acabou”, “é nada demais”, “é gripezinha”.

A entrevistada apresentava, de maneira precisa e intensa, as camadas que envolvem o seu padecer de enlutada da pandemia, entrelaçando as partes de sua vivência com a morte do pai e o contexto da perda. E, mais uma vez, do seu luto, ela volta a denunciar o mal imposto pela gestão do governo federal, fazendo alusões a falas do ex-presidente Bolsonaro, como também aos fatos desvelados pela CPI³ da pandemia sobre o atraso na compra e demora para a vacinação.

A raiva de Fabiana

Em 28 de agosto de 2022, quando eu ainda me organizava para perguntar sobre a vacinação, Fabiana me atropelou: “No dia em que a minha mãe se vacinou, fiz questão de ir junto. Fiquei muito, totalmente emocionada... Inclusive, gravei um vídeo dela e postei, dizendo da esperança que sentia, do sentimento de proteção, sabe?”. Sorri para ela, percebendo que sua avidez não se devia à minha lentidão nem à sua desatenção, mas à necessidade de compartilhar.

Depois de alguns instantes, ela disse: “Eu acredito na ciência, portanto, acredito na vacina. Eu tive uma sensação de um alívio tremendo, que não sentia desde o dia que meu

³ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a pandemia foi criada em 13 de abril de 2021. Foi oficialmente instalada no Senado Federal, em 27 de abril 2021, sendo concluída com a apresentação do relatório final no dia 26 de outubro de 2021.

pai faleceu”. Faz um breve silêncio, então, prossegue: “Quando a vacina veio... égua, tu não tens noção da sensação de segurança, mesmo com tudo ainda incerto e doloroso! Mas foi, assim, um dia muito simbólico para mim”. Neste momento, Fabiana sorriu parecendo irradiar os sentimentos ligados ao que significava assistir sua mãe tomando a vacina contra covid-19.

Em seguida, fala da sua vacinação: “Pois é... era um dia de trabalho normal e aí, quando acabou, eu fui ao shopping me vacinar. Fui sozinha, na verdade, preferi ir sozinha”. Ela faz uma breve pausa parecendo lembrar da cena: “Depois que eu recebi a dose... que o homem aplicou em mim... eu tive uma sensação de que eu também não sei explicar, e eu entrei em pranto”. Fabiana passou a falar sobre como sentia uma raiva das pessoas que faziam aglomerações e isso exigia dela um esforço tremendo para se controlar:

Sim, eu fico pensando que tenho algumas revoltas, raivas, em parte contra as pessoas que parecem que não estão nem aí. A outra parte... assim, nós fomos as vítimas! Digo, nossos pais morreram no início e não tinha perspectiva mesmo da vacina, não se sabia ao certo e tal. Mas, assim, quando eu vejo pessoas partindo agora, de dezembro para cá, quando a gente assistia o povo tomando vacina e aqui tava nessa aflição. “Dia D, na hora H”, caramba, fico muito indignada! Fico com raiva, porque a vacina estava aí, já estava disponível... estava sendo presa, segurada pelo governo do presidente aí... tratando como se fosse nada, as pessoas se desesperando e os caras tratando como fosse exagero. Isso é terrível demais, me bate uma revolta grande, raiva, tristeza. Uma injustiça!

Nos instantes posteriores às suas palavras, o semblante de Fabiana pareceu se fechar: tornou-se sisudo, pesado. Ela parecia íntima da raiva que sentia – e, de algum modo, à vontade com ela. Eu me percebia captado por esse mesmo sentimento, pois o reconhecia em mim. Contudo, não se tratava apenas da raiva, mas reconhecer em lutos a presença do governo Bolsonaro.

Adriana e o deboche de um presidente

Em entrevista realizada em 10 de setembro de 2022, pergunto a Adriana sobre sua vacinação: “Ah [...] essa parte foi tão, tão... desculpa, isso é muito importante para mim porque mobiliza muitos sentimentos, revoltas, sabe?”. Disse isso visivelmente afetada e não demorou para discorrer sobre sua vivência:

Assim, vamos por partes. Primeiro, quando eu paro e avalio o que significou a vacinação para mim, então, quando os meus filhos tomaram a vacina... meu Deus! Desde a morte da mamãe e de tudo que aconteceu depois, como já te disse sobre o dia seguinte, enterro, o fato de não termos nenhum consolo, enfim, eu tinha pavor dos meninos se reinfectarem... Eu dormia e acordava com medo de que tudo aquilo poderia se repetir e quanto isso me importunava. Não era por mim, meu pai, minha irmã ou marido, mas eles (os filhos). Eu tinha um pavor deles contraírem novamente e tudo se repetisse, então.

Adriana já sabe o que significa perder alguém importante. Tanto que diante da vacinação pensa em seus filhos. A morte da mãe, a supressão dos rituais e o empobrecimento dos rituais fúnebres e de despedida, a falta de suporte social, a possibilidade de contágio do pai, irmã e marido, enfim, parecem menores diante dado o pavor de perder mais alguém.

Ela retoma o assunto: “Desculpa a emoção, [...], então, quando eles se vacinaram foi um momento de felicidade e alívio, uma sensação de vitória diante desse horror de governo que atrasou a vacina, que estava querendo roubar em cima da vacina”. Nesse instante, Adriana muda o semblante: se antes havia alegria, a partir de agora, a raiva se faz visível:

Égua, me revolta tanto, só de olhar para a cara desse homem [Bolsonaro] me dá uma raiva. Lembro do choque que senti quando assisti o vídeo dele debochando das pessoas sem ar, “ah, estou com covid”, rindo. Fiquei: isso não pode ser verdade! Mesmo a gente sabendo quem ele era, das coisas graves que ele falava e o povo ficava achando graça. Mas isso, não, isso foi muito além! Acho que quase todas as casas do país, habita alguém que conhece uma pessoa que morreu de covid, então, isso é muito absurdo! Isso de desprezar as pessoas que morreram, os sentimentos dos familiares em luto, isso é cruel, criminoso. Ao mesmo tempo, isso que hoje sabemos deles... digo, o Ministério da Saúde não responder os e-mails dos laboratórios querendo vender a vacina. Foi proposital o processo todo de atraso, isso me enfurece.

Ela interrompe o desabafo. Parece tentar controlar sua raiva e conter sua sensação de injustiça diante da absurdidade da cena do ex-presidente e do seu desprezo para com a vida das pessoas: o deboche com os doentes da covid-19 e com os enlutados.⁴ Adriana também faz alusão à CPI da pandemia. Desse modo, no pesar do luto, mostra-se ciente dos fatos descobertos na investigação parlamentar e reconhece a si mesma como vítima das ações do Estado Brasileiro.

Em seguida, Adriana volta à sua narrativa, agora enfatizando o processo do luto pela mãe, a partir de reflexões acerca da vacina e da vacinação:

Sabe, às vezes eu fico me perguntando se minha mãe estaria viva se tivesse tomado mais de uma dose... porque tem isso, ela tomou a primeira dose da vacina... Não foi à toa que ela fez uma pressão para nos encontramos, como já disse, apesar das nossas resistências. Às vezes, fico pensando se ela tivesse tomado outra dose, os efeitos da infecção seriam mais brandos.

Adriana revela algo muito válido e importante para compreendermos as especificidades do processo de enlutamento da pandemia. Ela foi a única entrevistada cujo parente morreu tendo tomado uma dose da vacina e isso parece requer maior atenção: “‘ah, o fulano pegou covid, tá com uma febre leve, nariz escorrendo e uma dor de cabeça’, tu

⁴ Coletta, Ricardo Della (2020, 9 de dezembro). Vídeo viral de Bolsonaro sobre covid traz piada homofóbica sobre ozonioterapia. Redação Jornal de Brasília. <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/video-viral-de-bolsonaro-sobre-covid-traz-piada-homofobica-sobre-ozonioterapia/>.

perguntas quantas dose da vacina tomou? ‘sei lá, umas três ou quatro’. Então, vem desânimo, tem tristeza, tem o luto”.

Parece que pouco pode ser feito em relação ao luto da pandemia de covid-19 para afastar o fantasma do “e se” já referido em outra entrevista. Em seguida, Adriana desabafa a partir do seu luto, denunciando as ações do governo federal, mas pensando outro “e se”:

Fico pensando se um dia vamos ver os responsáveis por tudo isso... Digo, o presidente e a turma dele vão ser responsabilizados por não terem seguido as orientações da ciência, não terem comprado a vacina, investido nisso, que era nossa única esperança... Se a história do nosso país for nosso parâmetro, enfim, sabemos que não vão ser punidos e isso é muito duro com a gente, as vítimas.... eu sei que algo assim não trará minha mãe de volta nem a tua, mas tudo isso foi errado demais, leviano demais, deliberado demais, pra permanecer impune.

Da minha parte, tento sorrir, apesar da mobilização que as palavras dela provocam em mim e do quanto elas soam, infelizmente, coerentes com a nossa realidade.

A gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro

As vacinas contra o novo coronavírus passaram a existir no final de 2020. No dossiê sobre pandemia de covid-19 no Brasil, produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco),⁵ é enfatizado que os imunizantes foram criados em tempo recorde em razão de esforços de pesquisadores, altos investimentos e a ocorrência de milhares de casos da doença, permitindo estudos experimentais de eficácia e segurança das vacinas. No Brasil, desde o anúncio da Organização Mundial de Saúde (OMS),⁶ a crise sanitária foi transformada em um espaço de “disputas político-ideológicas internas, impulsionadas pela difusão em massa de informações falsas” (Bastos & Aith, 2021, p. 46), as quais influenciaram a agenda de governantes e envolveram a população em polêmicas quanto as medidas de segurança para minimização do contágio contra o novo vírus, bem como a própria vacinação. Conforme Bastos e Aith (2021), tal situação foi agravada pela ausência de políticas públicas emergenciais eficazes e da necessária atuação de liderança do governo federal juntos aos estados, municípios e distrito federal (DF). Entretanto, desde o anúncio, os diálogos entre União e os entes federativos foram ruidosos. E, muitas vezes, o governo federal pareceu atuar para sabotar as colaborações do combate a pandemia, renegando seu dever constitucional.

O Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do poder judiciário Brasileiro, foi acionado pelos entes federativos para exercer o papel de resolver as recorrentes controvérsias jurídico-sanitárias estabelecidas e prejudiciais ao cenário. Em dezembro de 2020, por exemplo, quando o Reino Unido já havia iniciado campanha de imunização do país, o STF foi acionado para decidir se a vacinação deveria ser obrigatória ou não (Bastos & Aith, 2021). Para Bastos

⁵ Associação Brasileira de Saúde Coletiva. (2022). Dossiê pandemia de covid-19. ABRASCO. <https://abrasco.org.br/download/dossie-abrasco-pandemia-de-covid-19/>

⁶ World Health Organization. (2020, March 24). Infection prevention and control for the safe management of a dead body in the context of covid-19: Interim guidance. <https://bit.ly/3iTAoEA>.

e Aith (2021), tais controvérsias pareciam ser usadas para promover a desconfiança junto à população Brasileira sobre a pandemia e as respostas científicas para sua minimização ou o seu controle, se pensávamos nas vacinas. Porém, o governo federal e agentes públicos ligados ao bolsonarismo pareciam trabalhar para desviar atenção da pergunta mais importante naquele momento: quando a campanha de vacinação começaria?

Após determinação do STF, em 12 de dezembro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) apresentou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19, embora nesse não houvesse nenhuma data para o início da campanha. Após um tempo, a vacina chegou ao Brasil e a campanha de vacinação começou no dia 17 de janeiro de 2021, no Estado de São Paulo, sob a gestão do ex-governador, João Doria. O ato foi realizado sem a presença de agentes públicos ligados a União, expondo um racha na base aliada do governo federal quanto a governança do combate à pandemia. No dia seguinte, o MS lançou a campanha nacional de vacinação, com a distribuição das doses pelo país (Amado, 2022).

Em janeiro de 2021, Deisy Ventura e Rosana Reis (2021) publicaram uma pesquisa que revelou que as controvérsias jurídico-sanitárias promovidas pelo governo federal, bem como as recorrentes situações de incompetência e negligência na gestão do combate à pandemia, conforme a sistematização dos dados em torno dos atos de obstrução do ex-presidente às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia, de propaganda contra a saúde pública, de promoção de desinformação sobre a doença e de ativismo contra as medidas de segurança sanitária para conter o avanço do covid-19. Ações que foram consideradas parte de uma estratégia “em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo” (Ventura & Reis, 2021, p. 7). Randolfe Rodrigues e Humberto Costa, senadores da República, afirmam que o estudo produzido pelas autoras foi fundamental para a criação da CPI da pandemia. Ao mesmo tempo, reconhecem que durante a leitura do trabalho parecia pouco verosímil acreditar que um presidente eleito pudesse ser capaz de “aplicar uma política tão desumana à sua própria população. Mas, à medida que analisávamos o estudo realizado com maior rigor científico, fomos nos convencendo de que a tese era absolutamente plausível” (Rodrigues & Costa, 2022, p. 22).

Sabemos que tal estratégia era cientificamente equivocada, já que a disseminação da covid-19 não levaria à imunização da população, pois o vírus possui um material genético com tendência a sofrer mutações com facilidade, gerando assim variantes e não imunização. portanto, tal imunização pela exposição ao vírus seria uma estratégia impossível de controlar a pandemia. Mas essa estratégia era também perversa, pois tal método de governança não considerava o número de mortes, o aumento de casos que levariam ao colapso do sistema de saúde e de assistência social e possíveis sequelas graves e desconhecidas que os sobreviventes poderiam desenvolver.⁷

⁷ Em 3 de abril de 2020, o ex-presidente fez a seguinte declaração: “toda nação vai ficar livre de pandemia depois que 70% forem infectados e conseguir os anticorpos”. Em 15 de abril de 2021: “eu, particularmente, já tenho anticorpos. Eu não preciso tomar a vacina”. Aos Fatos. (2022, 30 de dezembro). *Todas as declarações de Jair Bolsonaro*. <https://api.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/9558/?q=pandemia&o=#i>.

Entre os esforços ligados à referida estratégia institucional de disseminação do vírus promovida pelo governo federal, sob a liderança do ex-presidente Bolsonaro, parece se destacar a postura de ignorar as propostas das farmacêuticas de venda de vacinas. O que se radicaliza ainda mais a partir das descobertas da CPI da Pandemia, que evidenciaram o atraso na aquisição das vacinas. Segundo o relatório final, “a aquisição de imunizantes deveria ter figurado como a principal providência no processo de prevenção à disseminação do novo coronavírus”.⁸ As apurações realizadas revelaram que tal medida foi sistemática e deliberadamente ignorada por parte do governo federal. O relatório destacou que todas as negociações de vacinas ocorreram sob gestão do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que assumiu interinamente em maio de 2020 e permaneceu no cargo até março de 2021. Nesse período, surgiram as primeiras ofertas de compra preferencial, mas “as tratativas e a conclusão das negociações do governo federal com as referidas empresas sofreram injustificável atraso, o que impactou diretamente na aquisição das vacinas e, conseqüentemente, na imunização da população Brasileira”.⁹

O caso da Pfizer tornou-se exemplar: entre maio e dezembro de 2020, o laboratório enviou mais de 60 e-mails ao Ministério da Saúde, todos sem resposta. O acordo só foi firmado em 19 de março de 2021, cerca de 11 meses após o primeiro contato. A proposta inicial previa 70 milhões de doses, com entregas já em 2020, e a possível antecipação de 1,5 milhão de doses mediante aprovação regulatória prevista para outubro de 2020.¹⁰ A correspondência enviada pela Pfizer em 12 de setembro de 2020 ao presidente Bolsonaro, ao vice-presidente e a diversos ministros reiterou a oferta de vacinas e solicitou uma posição formal do governo, destacando que a experiência do Programa Nacional de Imunização e a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) poderiam tornar o Brasil um exemplo mundial em imunização — mas não houve resposta.¹¹ Diante disso, os senadores da CPI da pandemia, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa (2022), sugeriram que, caso o governo tivesse aceitado a proposta, como fizeram países como o Reino Unido, o Brasil poderia ter iniciado a vacinação ainda em dezembro de 2020, com ampla disponibilidade de doses e sem necessidade de grupos prioritários; o que possivelmente teria reduzido o número de mortes (Rodrigues & Costa, 2022).

Os estudos de Werneck et al. (2021) e Pereira et al. (2020) indicam que cerca de 12.663 pessoas com 60 anos ou mais poderiam não ter morrido entre março e maio de 2021, caso o governo federal tivesse contratado, ainda em agosto de 2020, as 70 milhões de doses da Pfizer — estimativas incorporadas ao relatório final da CPI da pandemia e detalhadas por faixa etária, com destaque aqui para o grupo de idosos, por corresponder às idades dos pais dos participantes entrevistados. Embora não caiba discutir as justificativas apresentadas pelos agentes públicos para o atraso na aquisição dos imunizantes, é fundamental reconhecer que o luto por covid-19 no Brasil se inscreve em um contexto histórico e político marcado pelas decisões do governo Bolsonaro.

⁸ Brasil. Senado Federal. (2021, 26 de outubro). Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia (Requerimentos nº 1.371 e 1.372, de 2021). (p. 205) <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/607974>

⁹ Idem, p. 206.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

Dado o exposto, podemos afirmar que a catástrofe sanitária da covid-19 no país foi potencializada deliberadamente pela gestão do governo do ex-presidente Bolsonaro. Tal posição parece encontrar eco nas palavras de Rodrigues e Costa, ao reconhecerem que a pandemia traria perdas e mortes, embora, “nós, brasileiros tivemos que lidar com um vírus tão ou mais nocivo e agressivo que o Sars-COV-2: o bolsonarismo” (2022, p. 22).

Luto e os estudos sobre luto: breves considerações

Conforme Casellato (2015) e Andrey (2021), os estudos sobre o luto evoluíram nos últimos anos, passando da descrição do pesar como sintoma e causa principal da melancolia para uma compreensão mais centrada na sintomatologia da perda e no trabalho do luto como percurso esperado diante da ausência de algo significativo ou de alguém amado (Freud, 1917/2006). Essa evolução se ampliou quando as perdas passaram a ser investigadas enquanto rupturas de vínculos, deslocando o foco das manifestações sintomáticas para a compreensão da criação e dissolução dos laços afetivos ao longo da vida. Assim, determinadas experiências cotidianas passaram a ser interpretadas como perdas normativas próprias do desenvolvimento humano e relacionadas às normas socioculturais e padrões interseccionais de gênero, raça, classe social, orientação sexual, deficiência e outros, por exemplo, o fim da infância, a menarca, o casamento, a aposentadoria, mudança de residência (Bowlby, 2015; Parkes, 2009).

Outras concepções teóricas foram propostas a partir das críticas à noção que associava o esquecimento da pessoa falecida à superação da perda ou a um luto bem-sucedido. Em contraposição a essa perspectiva, alguns estudos passaram a reconhecer a possibilidade e até a necessidade de manutenção de vínculos contínuos com os falecidos, nos quais as conexões emocionais, espirituais, simbólicas existentes precisam ser ressignificadas, integradas à vivência de quem permanece e não forçosamente esquecidas (Klass et al., 1996). Emergiram também modelos de compreensão da perda voltados à descrição do luto como experiência dinâmica, capazes de orientar intervenções clínicas junto aos enlutados. Esses modelos compreendem o luto como um processo de adaptação e busca de sentido, que envolve transformações na autopercepção e nas relações com o mundo. Tal percurso exige do sujeito tarefas relacionadas à perda, à fidelidade ao morto e à construção de um novo lugar para a ausência, possibilitando-lhe seguir adiante e reorganizar a vida. O enlutado precisa descobrir uma maneira de seguir em frente e navegar nas oscilações entre as dores da perda e a reorganização da vida. Em linhas gerais, esse passa a ser reconhecido não como um sofrente passivo, mas alguém ativo no processo de enlutamento (Stroebe & Schut, 2010; Worden, 1998).

Certamente, nas últimas décadas se fortaleceu tal perceptiva em torno do enlutado. Ao mesmo tempo, estudos têm apontado para os seus limites e até prejuízos quando se ignora que nem todo luto encontra reconhecimento e validação social para ser expresso. Tais investigações tem chamado atenção para os condicionantes socioculturais e interseccionais, bem como aspectos políticos que marcam os contextos das perdas e vivências do enlutado. Deste modo, buscam compreender as “regras de luto”, ou seja, quem, quando, onde, por quanto tempo, como e por quem podemos expressar nossos lutos (Doka, 1989; Casellato, 2005).



Tais regras expõem a estreita relação entre quais vidas e perdas são reconhecidas como dignas de luto e quais são silenciadas ou deslegitimadas. Alguns estudos afirmam que o não reconhecimento do luto pode ser explicado “pela pressa com que as relações são construídas (se assim pode ser dito) e interrompidas no mundo contemporâneo” (Franco, 2021, p. 87). Outros argumentam que a distribuição desigual da empatia espelha as desigualdades sociais, econômicas e políticas historicamente estruturadas e estruturantes da sociedade que, portanto, não possuiriam suas origens no hodierno. Suas raízes remontam à colonização, à escravidão e às estruturas históricas de exploração dos mais vulneráveis e da acumulação de riqueza e poder nas mãos de alguns poucos grupos e famílias (Franco, 2021; Butler, 2019).

Maria Helena Pereira Franco (2021) recorda-nos que a experiência com o luto, embora encontre similaridades entre indivíduos e grupos, de modo que pode ser vivenciada coletivamente, tem sempre um cunho particular, singularizante. E toda tentativa de padronizá-lo, homogeneizá-lo ou hierarquizá-lo produzirá efeitos desfavoráveis a sua compreensão. Tal conduta não seria apenas inadequada e incoerente com o fenômeno; mas eticamente questionável. Por isso, precisamos falar em *lutos*, no plural, a fim de abranger a multiplicidade de suas expressões e reconhecer as experiências de rompimento de vínculos significativos.

Uma circunscrição do luto por covid-19

A partir dos achados desta pesquisa e da contextualização do horizonte histórico e político do Brasil, defendemos que as perdas da pandemia originaram uma nova expressividade do enlutamento. Tal afirmação se demonstra a partir da necessidade de constatar, reconhecer e validar o luto por covid-19, delimitá-lo como marcado pela opressão política do Estado Brasileiro, exposta por meio dos fatos desvelados em torno das decisões sobre a vacina e a vacinação da gestão do combate à crise do governo federal, sob a liderança do ex-presidente Bolsonaro.

Em muitos trechos das entrevistas destacadas, tal marca aparece no sofrimento, no pesar, no protesto, na raiva, potencializando, respostas esperadas se tratando do que sabemos a respeito do processo de enlutamento. No entanto, essa marca não deve ser reconhecida apenas como catalizador do esperado, posto que nessa se mostra a denúncia pelo mal sofrido. Para Daniel, “se a vacina tivesse chegado antes, se o presidente tivesse agilizado a compra como deveria”. Segundo Cláudia, “essa situação toda é revoltante demais, dá raiva ver o que está sendo exposto na CPI da pandemia as razões do atraso”. Para Fabiana, “fico com raiva, porque a vacina estava aí, já estava disponível... estava sendo presa, segurada pelo governo do presidente”. Na afirmação de Adriana, “isso que hoje sabemos deles... digo, o MS não responder os e-mails dos laboratórios querendo vender a vacina. Foi proposital o processo todo de atraso, isso me enfurece”. Ainda que seja perceptível alguma frustração nessas frases, entre pesares e protestos, em suma, parece persistir uma consciência da opressão política no contexto de suas perdas e como nisso se desvela a faceta política do luto por covid-19.

Tal marca aparece também afetando aspectos já identificados e amplamente investigados pelos estudos sobre luto, conforme exposto anteriormente. Isso se visibiliza na seguinte afirmação de Daniel: “quando ela se foi, já tinha a vacinação [...] E eu lembro muito bem

que quando ela descobriu a covid, a vacinação dela era no domingo. [...] Naquele momento, eu me perguntei: Por que não antes? [...] se o presidente tivesse agilizado a compra como deveria". Nesse fragmento, o enlutado cogita que a morte poderia ter sido evitada se a vacina tivesse chegado antes. Não parece exagerado afirmar que, em tais palavras, se revelam sentimentos ambíguos atravessados por um desejo onipotente de que a morte de sua mãe poderia ter sido evitada. Nos relatos das demais enlutadas, esse mesmo sentimento e desejo aparecem de modo semelhante, ainda que contextualizados em cada experiência particular.

Desde Sigmund Freud, tal sentimento segue sendo reiteradamente referido como parte do próprio processo de enlutamento:

Em que consiste, portanto, o trabalho que o luto realiza? Não me parece forçado apresentá-lo da forma que se segue. O teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Essa exigência provoca uma oposição compreensível – é fato notório que as pessoas nunca abandonam de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo, na realidade, quando um substituto já se lhes acena. Esta oposição pode ser tão intensa, que dá lugar a um desvio da realidade e a um apego ao objeto por intermédio de uma psicose alucinatória carregada de desejo (Freud, 1917/2006, p. 143).

Daniel empreende seu compreensível esforço de se opor ao teste da realidade por meio de conjecturas diversas: se a vacina tivesse chegado a tempo? E se ela tivesse chegado em uma quantidade suficiente para as pessoas de todas as idades? Se a mamãe tivesse tomado sua dose vacinal antes de descobrir que havia se contaminado? Se o ex-presidente tivesse agilizado a compra da vacina? E se a vacinação tivesse começado em dezembro de 2020? Entretanto, apesar de toda energia investida na criação alucinante de cenários possíveis nos quais sua mãe estaria vacinada e viva, evidencia um compreensível desejo onipotente de contornar o que acontece, mas, a realidade é outra: ela morreu. Em todas as entrevistas, essa experiência se manifesta e parece encarnar-se na fórmula do "e se", como um fantasma a assombrar as vivências de perda durante a pandemia. Nisso, mais uma vez, revela-se o esperado do processo de enlutamento.

Doravante, a presença de sentimentos ambíguos, do desejo onipotente, do esforço em desviar da realidade da perda e da negação da morte do objeto amado, em síntese, não pode ofuscar ou minimizar os fatos existentes e desvelados pela CPI da pandemia. Ou seja, o atraso na compra e para a vacinação fez parte da estratégia institucional de propagação do vírus, executada pela gestão de combate à pandemia do governo federal, sob a liderança do ex-presidente Bolsonaro¹² (Rodrigues & Costa, 2022; Ventura & Reis, 2021; Valente, 2023; Valente & Seibt, 2024).

Aqui, a marca da opressão política se expõe, e, mais do que isso, não podemos ignorá-la mesmo quando nos ocupamos mais atentamente aos processos esperados do enlutamento.

¹² Brasil. Senado Federal. (2021, 26 de outubro). Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia (Requerimentos nº 1.371 e 1.372, de 2021). <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/607974>

Por isso, essa especificidade do luto por covid-19 mais do que potencializar a experiência com a morte do enlutado, denuncia a dimensão do mal sofrido, posto que nenhum cidadão possuía condições para reverter o que foi imposto à população pela estratégia governamental cujo objetivo era a retornada da atividade econômica sem preocupação com as vidas perdidas. Exemplo não de uma política negligente ou incompetente, mas do que pode significar ser governado por um regime político avesso à promoção dos direitos constitucionais, à defesa dos cidadãos e propenso a subverter o estado democrático de direito e arruinar suas instituições.

Tal constatação é reforçada pela análise da Abrasco,¹³ já que “a inépcia e a incúria do governo federal no combate à pandemia podem ter sido responsáveis pelo maior volume de mortes evitáveis da história republicana Brasileira”. Isso expõe a marca da opressão política que se encarna nas vidas que poderiam ser sacrificadas para que a economia brasileira não parasse e quais mortes não eram dignas de reconhecimento pelo governo Bolsonaro. E o resultado disso, conforme já foi exposto, foi uma produção massiva de mortes e mortes evitáveis entre a população brasileira (Werneck et al., 2021; Pereira et al., 2020).

Outra delimitação do luto por covid-19, situada na marca da opressão política, faz-se necessária: a minimização e a desqualificação do luto e dos mortos da pandemia. Segundo Cláudia, “ex-alunos meus faleceram, pessoas que eu conhecia, faleceram antes da vacina chegar no Brasil, enquanto o governo ficava repetindo que ‘já acabou’, ‘é nada demais’, ‘é gripezinha’”. Para Fabiana, “as pessoas se desesperando e os caras [o ex-presidente e seus agentes públicos] tratando como fosse exagero”. Adriana afirmou: “Lembro do choque que senti quando assisti o vídeo dele debochando das pessoas sem ar, ‘ah, estou com covid’, rindo”.

Fábio Luis Franco (2021) analisou a estratégia do governo federal que contribuiu para a dessensibilização social, esvaziando o significado político e afetivo das mortes pela pandemia. Ele nos lembra de quando o país ultrapassou a marca de 100 mil pessoas mortas, os veículos de comunicação passaram a se engajar em produzir uma escala palpável da tragédia. Entretanto, nenhuma “parecia suficiente para afetar a sensibilidade de parte dos brasileiros a ponto de impedir um maior respeito às medidas sanitárias e a execução de políticas públicas efetivas para o enfrentamento da pandemia” (Franco, 2021, p. 135). Todavia, tal sensibilidade seletiva de parte da população não pode ser compreendida em um vácuo político e social. Franco (2021) argumenta que o ex-presidente Bolsonaro fez parte dos líderes nacionais que adotaram uma postura anticientífica e negacionista em relação a crise sanitária desde o anúncio feito pela OMS. Porém, quando o número de mortos começou a crescer, precisou abandonar tal abordagem e adotar uma política de dessensibilização.¹⁴

Em diversas ocasiões, ao ser convocado a falar sobre as perdas da pandemia, à sua maneira, o ex-presidente lamentava os mortos, e, em seguida, sem titubeios nem cautela,

¹³ Associação Brasileira de Saúde Coletiva. (2022). *Dossiê pandemia de covid-19*. (p. 24) Abrasco. <https://abrasco.org.br/download/dossie-abrasco-pandemia-de-covid-19/>

¹⁴ Em 27 de março de 2020, fez sua primeira declaração: “alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida”. Em 28 de abril de 2020, “o vírus vai atingir 70% da população, infelizmente é a realidade. Lamento quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre, ninguém nunca negou que não vai haver mortes”. Aos Fatos. (2022, 30 de dezembro). *Todas as declarações de Jair Bolsonaro*. <https://api.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/9558/?q=pandemia&o=#i>.

reiterava que a morte era um destino que aguardava a todas as pessoas. Deste modo, produzia uma falsa equivalência entre os óbitos pelo vírus com as mortes no geral (Franco, 2021). Deste modo, conforme Franco (2021), as falas recorrentes do ex-presidente poderiam ser organizadas a partir de dois pontos: 1) tornar as mortes por covid equivalentes a qualquer outra morte; e 2) fazê-las serem percebidas como naturais, fatalidades, destino. Por isso, das declarações oficiais às conversas com apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada, não podem ser reduzidas a bravatas, mas interpretadas à luz da sua posição como líder da estratégia institucional de disseminação do vírus (Ventura & Reis, 2021), sendo um dos responsáveis por manejar as percepções sociais em torno das perdas humanas.

Sabíamos que vidas seriam perdidas durante a crise sanitária, pois não havia imunização contra o novo vírus. Todavia, também sabemos, que entre as mais de 700 mil mortes da pandemia, pelo menos 400 mil perdas de vidas poderiam ter sido evitadas se o governo federal tivesse adotado ações para proteger a população¹⁵ (Werneck et al., 2021; Pereira et al., 2020). As falas debochadas, indiferentes, minimizadoras precisam ser nomeadas e consideradas como apologias a dessensibilização pelos mortos e pelos enlutamentos, enquanto efeito programado da gestão política do combate à pandemia do governo Bolsonaro. As perdas por covid-19 foram massiva e deliberadamente trabalhadas pela máquina do estado para serem recebidas socialmente como fatalidades. Sugerindo, assim, que pouco importava se a União tivesse escolhido adotar ou não as medidas de segurança sanitária: as mortes eram inevitáveis.

Nisso se mostra um detalhe escabroso da estratégia bolsonarista: se as mortes fossem percebidas como inevitáveis, os “crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade durante a pandemia de covid-19 no Brasil” (Ventura & Reis, 2021, p. 7), poderiam ser diluídos no “todos nós iremos morrer um dia”¹⁶. Nesse sentido, “desaparece, desse modo, o fato de que os efeitos e impactos da pandemia são radicalmente diferentes para as pessoas, de acordo com os grupos raciais e as classes sociais a que pertencem” (Franco, 2021, p. 138). Portanto, o processo de dessensibilização promove não somente a esvaziamento das perdas e a minimização do luto, mas também o apagamento das ações do governo Bolsonaro que sabemos terem causado mortes evitáveis.

O sentimento de absurdidade, indignação e injustiça diante da minimização dos lutos se mostra de modo transparente nas falas das enlutadas, parecem reforçar o argumento de Franco (2021) de que a estratégia do governo de dessensibilização das mortes esvaziou as perdas e os lutos por covid-19 de quaisquer significados coletivos e políticos. Por conseguinte, os significados particulares também se mostram comprometidas, aparentando fragilidade, frágeis ou até mesmo acuados quanto sua expressividade em um contexto politicamente opressivo. Pensamos que isso se torna visível nas palavras de Adriana de que “isso é muito duro com a gente, as vítimas [...], mas tudo isso foi errado demais, leviano demais, deliberado demais”. As sensações de abandono e isolamento emergem não apenas como algo esperado do processo

¹⁵ Brasil. Senado Federal. (2021, 26 de outubro). Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia (Requerimentos nº 1.371 e 1.372, de 2021). (p. 205-206) <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/607974>

¹⁶ Frase proferida em 29 de março de 2020. Aos Fatos. (2022, 30 de dezembro). *Todas as declarações de Jair Bolsonaro*. <https://api.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/9558/?q=pandemia&o=#i>

de isolamento ou potencializado pelo contexto da pandemia, mas as interpretamos como afetos subjetivos que denunciam a própria estratégia política operada pelo governo Bolsonaro.

Talvez, a melhor maneira de visibilizar tal circunscrição do luto por covid-19 seja por meio das palavras do ex-presidente: “lamento as 200 mil mortes. Muitas dessas mortes não por covid, outras de covid. Não temos uma linha de corte no tocante a isso daí. Mas a vida continua”.¹⁷ Elas direcionam nossa percepção e afetos sobre as mortes da pandemia, a fim de torná-las socialmente deslegitimadas, seja porque se tornaram banais. Afinal, eram apenas mais algumas entre milhares, seja porque eram questionáveis, pois, suas causas reais eram imprecisas.

Outra delimitação do luto por covid-19 que se desenha no emaranhado entre o esperado no processo do enlutamento e a novidade que reivindicamos se mostrar: da raiva que denúncia uma injustiça cuja origem é uma opressão política estrutural. Daniel afirmou: “fico pensando nos ‘e se’ em relação a ela ter recebido a vacina antes e ter sobrevivido, [...] aparecem as revoltas e eu fico nutrindo-as, isso me dá uma raiva”. Nas palavras de Cláudia: “penso que o meu pai iria tomar a vacina, seria uma das pessoas vacinadas e que... revoltante [...] dá raiva ver o que está sendo exposto na CPI da Pandemia, as razões do atraso”. Fabiana disse: “fico pensando que tenho algumas revoltas, raivas, em parte contra as pessoas que parecem que não estão nem aí. A outra parte [...] porque a vacina estava aí, já estava disponível... [...] segurada pelo governo do presidente”. Segundo Adriana, “só de olhar para a cara desse homem [Bolsonaro] me dá uma raiva. Lembro do choque que senti quando assisti o vídeo dele debochando das pessoas sem ar”.

Worden argumenta que a raiva “é seguidamente sentida depois de uma perda. Ela pode ser um dos sentimentos mais confusos para a pessoa que fica, e por isso está na raiz de muitos problemas no processo do luto” (1998, p. 37). Tal confusão precisa ser reconhecida adequadamente pelo enlutado, pois, caso não seja, pode levar a um luto complicado, isto é, prolongado quanto a persistência intensa do pesar da perda, a desorganização geral da vida prática e o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, psicológicos e/ou físicos. Uma perda significativa é, sem dúvida, carregada de ambiguidades. Na experiência da raiva, o enlutado pode chegar a direcioná-la ao ente amado, movido por pensamentos distorcidos de que ele teria morrido por não se esforçar o suficiente para viver ou até por desejar morrer. O que pode fazer com que o enlutado se sinta abandonado pelo falecido. A raiva pode ser direcionada contra si mesmo, em virtude do desejo onipotente de que poderia ter impedido a morte. Além disso, pode também ser direcionada a terceiros como familiares, profissionais da saúde, Deus, figuras públicas etc., os quais, na psicose alucinatória, poderiam ter evitado a morte.

O autor postula duas origens para a raiva: “(1) de um sentimento de frustração de que não havia nada que pudesse fazer para evitar a morte e (2) de um tipo de vivência regressiva que ocorre depois da perda de alguém próximo” (Worden, 1998, p. 37). Deste modo, na perda de quem se ama há uma tendência a regredir, de sentir-se desamparado e incapaz de existir sem a pessoa. Então, dada a realidade da perda, a raiva emerge junto com sentimentos de ansiedade.

¹⁷ Frase proferida em 7 de janeiro de 2021. Aos Fatos. (2022, 30 de dezembro). *Todas as declarações de Jair Bolsonaro*. <https://api.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/9558/?q=pandemia&o=#i>

Por isso, o manejo da raiva exige o seu direcionamento à pessoa falecida para “chegar a uma conclusão saudável” (Worden, 1998, p. 37), evitando atitudes destrutivas e autodestrutivas.

Em cada relato ouvido, não faltam referências à raiva, “isso me dá uma raiva” ou “tenho algumas revoltas, raivas”, inclusive ao sentimento de frustração e a tendência regressiva que estariam na origem da raiva. Cláudia fala do pai e de pessoas que conhece que morreram e da raiva contra o governo dado os fatos expostos na CPI quanto o atraso na compra das vacina; Fabiana expõe as pessoas que se aglomeravam e a demora do governo federal para a vacinação; Adriana aponta o deboche do ex-presidente para com as vítimas e os enlutados; por fim, de maneira ilustrativa, Daniel afirma: “fico pensando nos ‘e se’ em relação a ela ter recebido a vacina antes e ter sobrevivido, se ela tivesse internado antes, mas, no final, só me martirizo”. A raiva emerge associada à impotência diante da realidade das perdas, à indiferença ou à falta de empatia das pessoas, bem como ao escárnio do então líder máximo do Poder Executivo. Assim, pode ser deslocada para múltiplos alvos: o tempo, o destino, outras pessoas, o governo federal, o ex-presidente, familiares ou até mesmo a mãe falecida. No caso específico de Daniel, conforme apontam os resultados do sentido selecionado para o presente artigo, ele é o único participante que parece direcionar essa raiva contra si próprio.

As considerações supracitadas do autor nos ajudam a compreender o luto e a intervir junto aos enlutados da pandemia de covid-19 no Brasil. Entretanto, ainda que não pretendamos diminuir nem questionar suas legitimidades científicas entre pesquisadores e profissionais dedicados aos estudos sobre luto, tais formulações mostram-se limitadas – e, aqui, limitantes – quando confrontadas com as narrativas dos enlutados e os contextos de suas perdas. Em outros termos, a raiva tantas vezes mencionada não parecer ser suficientemente compreendida apenas como expressão afetiva ou desdobramentos subjetivo de frustração e regressão. E, conforme a inspiração fenomenológica heideggeriana, não se trata de buscarmos um método ou uma compreensão mais adequada, mas de estabelecer uma relação de correspondência mais coerente entre a forma de investigar e o fenômeno que se manifesta no encontro (Heidegger, 1975; 2017). Nas entrevistas com Daniel, Cláudia, Fabiana e Adriana, a raiva apareceu também como denúncia e injustiça contra a estratégia institucional do governo federal, liderada pelo ex-presidente Bolsonaro e cancelada por uma parte da população brasileira.

Uma compreensão mais adequada pareceu se mostrar quando entramos em contato com a analítica da raiva e de seus usos presente no pensamento de Lorde (2019), mulher negra, lésbica, feminista e socialista estadunidense cujo trabalho ancora-se na defesa e na luta contra as injustiças sociais, compromissada com a transformação social coletiva e anti-imperialista. Ela descreve sua raiva como uma força profundamente nutrida por experiências racistas, misóginas e lesbofóbicas e como um afeto que, ao longo do tempo, deixou de ser ignorado para tornar-se uma ferramenta de transformação pessoal e motriz para a luta coletiva. Em suas reflexões, a raiva revela as múltiplas formas do racismo, das exclusões sutis do cotidiano até as práticas estruturais, envolvendo normas tácitas, leis e sistemas cujas origens estão na colonização e na escravidão como políticas de governo dos estados.

Portanto, não se trata de uma raiva pensada, primordialmente, a partir de traços hereditários de agressividade, formação psíquica ou sentimento básico, posto que preocupações

da autora não são psicológicas, mas políticas. A raiva, então, constitui-se como uma resposta legítima e coerente da pessoa diante das desigualdades e violências produzidas pelos estado e sistemas capitalista-racistas. Mesmo que não se dê conta disso, mais conscientemente. Lorde (2019) argumenta que somos ensinados a ignorar e reprimir a raiva, em vez de escutá-la e organizá-la para compreender suas origens socioculturais e políticas. Nesse movimento, a raiva revela as influências internalizadas de aprendizagens interseccionais ancoradas em valores morais, estéticos e éticos racistas, que desqualificam a negritude em suas múltiplas expressões. Ao mesmo tempo, a raiva exige e possibilita um processo de conscientização política que rompe com a lógica da culpa individual, seja dirigida a si próprio, seja projetada no outro. Esse deslocamento permite reconhecer as injustiças produzidas pelos sistemas racistas, apesar destes serem sustentados e reproduzidos por parcelas da própria população.

A compreensão da raiva também como potência fornece um importante recurso analítico para reconhecer e validar a emoção expressa pelos enlutados da covid-19 no Brasil. Interpretá-la somente pelos referenciais tradicionais dos estudos sobre luto, frustração ou regressão, poderia significar o obscurecimento do seu caráter denunciativo e político. O que acaba reiterando duas das estratégias do governo federal na gestão de combate à pandemia: a minimização das perdas e dos lutos, bem como o apagamento das ações de disseminação do vírus no país.

Em um país marcado pelo negacionismo e por discursos que atribuíram às próprias vítimas a responsabilidade por suas mortes, ignorar o componente e o potencial político da raiva acaba por privatizar o sofrimento e, simultaneamente, absolver agentes públicos cuja atuação resultou em mortes evitáveis. Enfrentar esse cenário implica reconhecer e validar a raiva pela perda do ente querido como expressão de uma opressão política, isto é, como uma marca produzida pelo governo federal e por suas deliberações durante a pandemia no Brasil. Embora a raiva dos entrevistados denuncie a violência estatal e o descaso governamental, ela ainda não se manifesta como um recurso capaz de produzir organização coletiva ou romper o isolamento político dos enlutados. Assim, a leitura inspirada em Lorde (2019) amplia a compreensão da raiva no contexto do luto pandêmico e evidencia a necessidade de novas pesquisas para compreender seus desdobramentos públicos e comunitários.

Uma última circunscrição do luto por covid-19 diz respeito às restrições dos ritos fúnebres e de despedida durante a pandemia no Brasil. Apesar do sentido enfatizado no presente artigo ter trazido narrativas em torno da vacina e da vacinação, a questão das limitações impostas à execução dos rituais impactou no processo de enlutamento, tal como pode se observar na fala de Adriana ao referir sobre sua tristeza: "desde a morte da mamãe e de tudo que aconteceu depois, como já te disse sobre o dia seguinte, o enterro, o fato de não termos nenhum consolo". O diferencial aqui se mostra diante da percepção das pessoas entrevistadas, que, embora verbalizem os efeitos do rapto da possibilidade de vivenciar na integridade costumeira os rituais de despedida, não reconhecem as interferências políticas neste processo, diferente da forma como compreendem a ausência de vacinação.

Em linhas gerais, as restrições se trataram do veto à realização do embalsamento, isto é, a preparação do cadáver através de técnicas preventivas da decomposição; à celeridade do

processo de sepultamento ou cremação, que não poderia ultrapassar 24 horas. E a prescrições diretamente ligadas aos ritos de fúnebres, tais como: suspensão dos velórios; limitar a presença de 10 pessoas, no máximo; manter a distanciamento entre os presentes e o veto de contato físico com o morto. O funeral é parte importante no processo de aprender a lidar com a morte, já que esse não é um comportamento inato, mas aprendido socialmente. Esse serve, a um só tempo, para formalizar o rompimento de um vínculo significativo, o reestabelecer um outro lugar afetivo para o falecido a fim de torná-lo disponível à memória dos enlutados, compartilhar os sentimentos de pesar pela perda, por conseguinte, receber o suporte social e familiar (Casellato, 2005; 2015).

Neste contexto, conforme Escudeiro (2020), a visualização do corpo do morto é relevante enquanto elemento que pode facilitar a adaptação ao luto, posto que, ao ver o finado, “a perda se torna mais real e ajuda o enlutado a prosseguir em seu processo que é vivenciado de forma diferente de pessoa para pessoa” (Escudeiro, 2020, p. 20). Ou seja, alguém morre, mesmo se a morte é esperada, pode emergir uma sensação de que a perda não aconteceu. O enfrentamento de realidade da perda através da visualização do corpo do morto é parte do processo de luto e os rituais cumprem uma função valiosa, mesmo que tal aceitação possa levar algum tempo para acontecer. Deste modo, “aqueles que não presenciam o enterro podem ter necessidade de meios externos para validar a realidade da morte. A fantasia é sobremaneira difícil [...] se o sobrevivente não vê o corpo da pessoa que morreu” (Worden, 1998, p. 25).

O governo federal publicou duas versões do documento que estabeleceu as medidas de segurança para o manejo dos mortos por covid-19 que impactou os ritos fúnebres e de despedida: a primeira em março e a segunda em novembro de 2020.¹⁸ Em nenhuma delas existe quaisquer referências às inúmeras publicações da OMS direcionadas ao manejo de cadáveres em situação de doenças infectocontagiosas, bem como as normas técnicas que tratam do cuidado em saúde mental a fim de reduzir os impactos na quebra dos ritos fúnebres e possibilitar, na medida do possível, um enterro digno para a família e seguro para a comunidade (Valente, 2023; 2024; Vicente da Silva et al., 2021; Vicente da Silva, 2020).

Em março de 2020, a OMS publicou orientações sobre o manejo de cadáveres e os rituais fúnebres no contexto da covid-19. Com base nas evidências disponíveis, esclareceu que o vírus era transmitido por gotículas, fômites e contato próximo, portanto, não pelo ar; e que não havia registro de transmissão por cadáveres de pessoas mortas pela doença. Embora as aglomerações devessem ser evitadas por favorecerem o contágio, a presença dos corpos em si e o contato com eles não representariam um risco adicional de infecção.¹⁹ Diante disso, a OMS enfatizou que os rituais fúnebres poderiam ocorrer, desde que observadas as medidas sanitárias, e que as autoridades não deveriam negligenciar a dignidade dos falecidos, suas tradições

¹⁸ Brasil. Ministério da Saúde. (2020a). Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus covid-19 (1ª ed.). Secretaria de Vigilância em Saúde; Departamento de Análise e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis; Brasil. Ministério da Saúde. (2020b). Manejo de corpos no contexto da doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 covid-19 (2ª ed.). Secretaria de Vigilância em Saúde; Departamento de Análise e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis.

¹⁹ World Health Organization. (2020, March 24). Infection prevention and control for the safe management of a dead body in the context of covid-19: Interim guidance. <https://bit.ly/3iTAoEA>

culturais e religiosas, nem os direitos das famílias. O documento alertou que alterações bruscas nesses rituais podem impactar negativamente o processo de enlutamento, recomendando que se evitasse a pressa na destinação dos corpos, embora as autoridades devessem equilibrar os direitos familiares, as exigências legais e os riscos epidemiológicos. Por isso, em outros países foram criadas estratégias como câmaras frigoríficas e sepultamento local nas comunidades. Portanto, havia alternativas diferentes das adotadas no Brasil e mais ocupadas em diminuir os impactos emocionais diante das perdas, bem como respeitar as tradições culturais, étnicas e religiosas das populações em relação ao luto (Valente, 2023).

Portanto, as restrições à realização dos rituais no Brasil podem ter sido necessárias, certamente, porém em muitos casos ocorrerem sem respeito às tradições comunitárias nem cuidados quanto aos seus impactos na saúde mental dos enlutados quanto a adaptação a perda. E isso não aconteceu por uma fatalidade nem mesmo pela pandemia em si, mas pelas decisões do governo federal. A ciência disso torna ainda mais evidente a marca da opressão política que o luto por covid-19 carrega, embora, conforme os achados desta pesquisa, sobre isso impera um desconhecimento pessoal e popular.²⁰

Considerações Finais

Procuramos neste artigo evidenciar os efeitos da gestão do governo federal da pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022, sobre o processo de enlutamento, a partir dos sentidos construídos em torno da vacinação. As narrativas compartilhadas por Daniel, Cláudia, Fabiana e Adriana apontaram para o intencional atraso na compra e de início da campanha de vacinação, o deboche em relação às vítimas, a minimização das mortes e o sofrimento dos enlutados, a sua raiva diante dos fatos desvelados pela CPI da pandemia, da postura do governo federal e de parte da população que se descumpria as medidas de segurança sanitária, bem como as restrições à realização dos ritos fúnebres e o desrespeito ao sofrimento dos enlutados. Aspectos que ajudaram na circunscrição do que defendemos de constituir uma nova expressividade de enlutamento: a do luto por covid-19.

A partir de seus enlutamentos, cada participante denunciou a opressão política enquanto parte da estratégia institucional de disseminação do vírus pelo país, sob a liderança do ex-presidente Bolsonaro, tendo como objetivo a retomada da atividade econômica a qualquer custo de vidas perdidas e consequências atrozess que recaíam sobre os doentes e enlutados. Tal política resultou na produção da morte em massa no Brasil: mais de 700 mil óbitos, sendo tal número composto por inúmeras mortes evitáveis. Mortos e perdas que também foram atingidas pelas políticas de dessensibilização social e apagamento. O luto por covid-19, portanto, desponta, exigindo de profissionais o reconhecimento e a validação da perda como uma experiência não apenas particular, mas também coletiva e política.

Destarte, desconsiderar o entrelaçamento entre particular, coletivo e político pode ser nocivo e perigoso para as pessoas que perderam seus entes amados, porque o profissional pode acabar reiterando – havendo intenção nisso ou não – a minimização da

²⁰ Para mais informações (Valente, 2023).

perda e do luto, assim como o apagamento da opressão política enquanto estratégias do governo federal. Não podemos esquecer que tal período da história recente foi marcado pelos ataques da extrema-direita à democracia e suas instituições, aos direitos humanos e as partes mais vulneráveis da população.

Não obstante, os resultados apresentados convocam a realização de mais investigações, qualitativas e quantitativas, que ampliem tanto o número de participantes quanto perfis mais diversificados, por exemplo, abrangendo outras faixas etárias, classes sociais e alinhamentos ideológicos, especialmente, mais próximos dos eleitores do ex-presidente ou defensores do bolsonarismo. Deste modo, decerto, poderemos contribuir para mapear e compreender o luto por covid-19, subsidiando a elaboração de modelos nacionais de intervenção profissional, de suporte emocional mais abrangentes e acessíveis e fomentar políticas públicas em saúde, assistência social e de reparação que atendam às especificidades dessa população enlutada.

Cabe lembrar que no luto por covid-19, embora tenha se tornado visível a presença de marcas específicas, aspectos esperados, apontados ao longo das décadas pelos estudos sobre luto, também se mostraram intensificados, ressignificados. Neste trabalho buscamos dar voz às narrativas dos enlutados, com seus sentimentos ambíguos, ideias, aflições e revoltas. Durante a pandemia, e ainda hoje, essas vozes seguem silenciadas, seja pelo legado das políticas negacionistas, seja pelo tabu social em torno da morte. Tal silenciamento, que priva os enlutados de validação e reconhecimento, constitui um dos contornos mais peculiares e preocupantes do luto pela covid-19.

Muitos participantes relataram sentimentos de raiva, revolta e fúria, expressando a dificuldade de viver o luto em paz. Sabemos que a não validação social de uma perda pode configurar fator de risco clínico para um luto complicado ou persistente, por favorecer o isolamento e dificultar o processo de significar e ressignificar a experiência. Nesse sentido, torcemos que as perdas de Daniel, de Cláudia, de Adriana, de Fabiana e do pesquisador responsável se convertam em um caminho de luta pela verdade, justiça e reparação, esperançado na potência da luta coletividade pela memória dos que partiram.

Referências bibliográficas

Amado, G. (2022). *Sem máscara: O governo Bolsonaro e a aposta pelo caos*. Companhia das Letras.

Andrey, M. C. R. (2021). Linhas do tempo de estudos sobre o luto. In M. H. P. Franco, M. C. R. Andrey, & I. J. Luna (Orgs.), *Reflexões sobre o luto: práticas interventivas e especialidades do trabalho com pessoas enlutadas* (pp. 15-30). Curitiba: Appris.

Bastos, D., & Aith, F. (2021). Vacina como direito humano e dever do Estado: Análise das decisões do STF sobre a vacinação contra a covid-19. In D. de F. L. Ventura & R. Reis (Orgs.), *Direitos na Pandemia: Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à covid-19 no Brasil*, 10, 45-47. <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>

Bowlby, J. (2015). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. (L. L. Rivera, Trad.). Martins Fontes.



- Butler, J. (2019). *Vida precária: Os poderes do luto e da violência* (A. Lieber, Trad.). Autêntica Editora.
- Casellato, G. (2005). *Dor silenciosa ou dor silenciada?* In G. Casellato (Org.). *Perdas e luto não reconhecidos por enlutados e sociedade*. Editora Livro Pleno.
- Casellato, G. (2015). *O resgate da empatia: Suporte psicológico ao luto não reconhecido*. In G. Casellato (Org.). Summus Editorial.
- Doka, K. J. (1989). *Disenfranchised grief: Recognizing hidden sorrow*. Lexington Books.
- Escudeiro, A. (2020). *Mortos sem flores: Ausência dos rituais de despedida*. RNT.
- Franco, F. L. (2021). *Governar os mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. Ubu.
- Franco, M. H. P. (2021aW). *O luto no século 21: Uma compreensão abrangente do fenômeno*. Summus.
- Freud, S. (2006). Luto e melancolia. In *Edição standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 243–263). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1917).
- Heidegger, M. (1975). *Die Grundprobleme der Phänomenologie*. Vittorio Klostermann.
- Heidegger, M. (2017). *Seminários de Zollikon: Protocolos, diálogos, cartas* (M. F. A. Prado & R. Kirchner, Trans.; 3ª ed.). Escuta.
- Klass, D., Silverman, P. R., & Nickman, S. L. (1996). *Continuing bonds: New understandings of grief*. In D. Klass, P. R. Silverman, & S. L. Nickman (Eds.) Taylor & Francis.
- Lorde, A. (2019). Os usos da raiva: As mulheres reagem ao racismo. In A. Lorde, *Irmã outsider* (S. Borges, Trad., pp. 155–168). Autêntica Editora.
- Parkes, C. M. (2009). *Amor e perda: As raízes do luto e suas complicações* (M. H. P. Franco, Trad.). Summus Editorial.
- Pereira, C. A., Araújo, R. S., Ferreira, P. C. G., & Souza, A. M. (2020). O valor estatístico de uma vida: Estimativas para o Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(5). <https://doi.org/10.1590/0101-41615022rac>
- Rodrigues, R., & Costa, H. (2022). *A política contra o vírus: Bastidores da CPI da covid-19*. Companhia das Letras.
- Stroebe, M., & Schut, H. (2010). The dual process model of coping with bereavement: A decade on. *Omega: Journal of Death and Dying*, 61(4), 273–289. <https://doi.org/10.2190/OM.61.4.b>
- Valente, M. B. B. (2023). *Nós, os enlutados da pandemia no Brasil: Relações entre luto e política a partir da perda de mães ou de pais por covid-19* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. https://drive.google.com/file/d/1vh2_2h3ybAuYve_5FtbOfDaUtWIT1lRt/view
- Valente, M. B. B., & Seibt, C. L. (2024). Sentidos e experiências: Ecos da morte de genitores por covid-19 na pandemia no Brasil. *Asas da Palavra*, 21(2), 101–123.

Ventura, D. de F. L., & Reis, R. (2021). A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. *Direitos na Pandemia: Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à covid-19 no Brasil*, 10, 6-31. <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>

Vicente da Silva, A. (2020). *Os "ritos possíveis" de morte em tempos de coronavírus. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Reflexões na Pandemia*, 1-12. Universidade Federal do Rio de Janeiro. <https://www.dilemas.ifcs.ufrj.br/reflexoes-na-pandemia-2020>

Vicente da Silva, A., Rodrigues, C., & Aisengart, R. (2021). Morte, ritos fúnebres e luto na pandemia de covid-19 no Brasil. *Revista NUPEM*, 13(30), 214-234. <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5684>

Werneck, G. L., Bahia, L., Moreira, J. P. de L., & Scheffer, M. (2021). *Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil*. Oxfam Brasil. https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/06/Mortes-Evitaveis-por-Covid-19-no-Brasil_FINAL.pdf

Worden, J. W. (1998). *Terapia do luto: Um manual para o profissional de saúde mental* (M. Brener & M. R. Hofmeister, Trads.). Artes Médicas.

Submetido em: 25 de maio de 2025

Aprovado em: 26 de outubro de 2025

